



Na propriedade de Adelar Riva, em Teutônia, o rebanho é submetido a testes uma vez por ano

TOBIAS RIVA / DIVULGAÇÃO / CP

Segurança maior

Produtor mantém sua área certificada como livre de tuberculose e brucelose e diz que vale a pena porque fica com a certeza de que o gado está bem e porque recebe bonificação da indústria

A preocupação com a sanidade do rebanho é uma prioridade para o pecuarista Adelar Riva, de Teutônia. A propriedade dele, localizada em Linha Frank, é uma das 800 que contam com a certificação de área livre de brucelose e tuberculose no Estado. A condição foi obtida em 2010 e mantida desde então graças ao investimento do produtor, que calcula ter gasto R\$ 6 mil com a realização dos testes de tuberculose no rebanho das raças Holandês e Jersey, durante o ano passado.

“Vale a pena porque isso te dá uma segurança maior. Tenho a certeza de que o gado está bem”, observa Riva, que produz em média 2 mil litros por dia, com 75 vacas em lactação. No início, os animais eram submetidos a três testes por ano. Como o rebanho não apresentou problemas, o número caiu para apenas um exame anual. Como Riva não compra animais de outras propriedades, o risco de haver a infecção é pequeno. Entre as demais ações relacionadas ao manejo está o uso da inseminação artificial para reprodução.

O zelo com a questão sanitária reflete na remuneração. Cada vez mais indústrias estão bonificando o produtor pela qualidade do leite. A prática é adotada especialmente por companhias que visam a exportação. No entanto, segundo Riva, a remuneração poderia ser maior que os R\$ 0,025 por litro representados pela certificação.

Para o vice-presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Rio Grande do Sul (CRMV/RS), José Arthur de Abreu Martins, o envolvimento dos produtores é essencial para o controle da enfermidade. “Não basta só o serviço oficial controlar e os veterinários particulares orientarem; o produtor tem que ter a consciência de que são zoonoses e fazer a sua par-

te”, observa. De acordo com ele, nem sempre o serviço oficial registra casos de contaminação humana, já que estes podem ser encaminhados à Secretaria de Saúde e não à da Agricultura.

MUDANÇAS A CAMINHO

Para o assessor de Política Agrícola da Fetag, Márcio Langer, um dos entraves que ainda impactam no PNCEBT é o número de veterinários habilitados (hoje são 678), considerado insuficiente para atender um rebanho de 1,1 milhão de cabeças na pecuária de leite. Quanto à bonificação, a estratégia é vista como um estímulo. “O que gostaríamos é que todas as indústrias entrassem nessa política para que pudessemos sanear o mais rápido possível o nosso plantel”, observa.

Outra reivindicação dos produtores de leite diz respeito à indenização paga pelo Fundo de Desenvolvimento e Defesa Sanitária Animal (Fundesa). A Fetag entende que os valores, que variam de R\$ 1 mil a R\$ 2 mil por animal destinado ao abate sanitário, estão defasados. A correção foi proposta na última reunião do Conselho Técnico Operacional para Pecuária de Leite e deve ser analisada no próximo encontro do conselho deliberativo do órgão.

Outras mudanças estão em estudo. Segundo o diretor executivo do Sindilat, Darlan Palharini, que também integra o conselho técnico, estão previstas mudanças nas faixas de indenizações, que hoje são quatro. No caso de propriedades “condenadas” devido à prevalência de tuberculose, o Fundesa garante um auxílio chamado risco-alimentar, que hoje tem a duração de três meses. Conforme Palharini, o prazo deve ser ampliado. “A ideia é ficar a critério do fiscal”, explica.

BRUCELOSE TEM DADOS ESTÁVEIS

Associada normalmente à pecuária de corte, a brucelose bovina é uma doença infecto-contagiosa que provoca perdas diretas devido a diversas manifestações, como aborto, baixos índices reprodutivos, aumento do intervalo entre partos, nascimentos prematuros, esterilidade e baixa produção de leite. Além disso, por se tratar de uma zoonose, também pode infectar o homem. O estudo de prevalência da enfermidade, também publicado recentemente, aponta para um índice de 0,98% de animais positivos e 3,54% de focos.

Ao contrário da tuberculose, a brucelose já havia sido alvo de um estudo com abrangência estadual, em 2004. Na comparação com aquele ano, os números coletados no último inquérito apresentaram-se estáveis. O estudo avaliou a eficácia da vacinação aplicada no Rio Grande do Sul. Segundo Ana Groff, da Seapi, a imunização do rebanho foi alavancada depois que, em 2006, o Estado vinculou a emissão da Guia de Trânsito Animal (GTA) à vacinação contra a brucelose.

Embora possa ser prevenida por meio da vacina, a brucelose não tem cura, de modo que os animais infectados são obrigatoriamente sacrificados.